

FERNANDA RAMOS PARREIRA

fernandarparreira@gmail.com

Faculdade de Ciências Sociais – Universidade Federal de Goiás

Área Temática: Deporte y Políticas Publicas

**CORPO MARGINAL: O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA
MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA,
ENTRE 1997 e 2013.**

Documento preparado para apresentação no VIII Congresso Latino-Americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). Pontifícia Universidade Católica do Peru, Lima, 22-24 julho de 2015.

LIMA, JULHO DE 2015.

CORPO MARGINAL: O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, ENTRE 1997 e 2013.¹

Fernanda Ramos Parreira²

Resumo: Por meio de estudo de caso do Programa “Caminhando com Saúde” pode-se observar a configuração político-social do campo de esporte e lazer no contexto goianiense, e perceber sua relação junto ao processo de inclusão social. Inspira-se nos estudos bourdieusianos, em específico na teoria de campos, para compreender a dinâmica de institucionalização de determinados tipos de política pública para o campo de esporte e lazer, associado à teoria do processo de política pública, em questão o modelo de coalizão de defesa, o qual se argumenta que o processo de construção de política pública está vinculado às crenças, aos valores e às ideias dos atores envolvidos na disputa pelo tipo de política a ser implementada. Ademais, o trabalho dialoga com teorias específicas da área de esporte e lazer, buscando entender o fenômeno esportivo e as práticas de lazer associadas à conformação social e política da sociedade contemporânea. A pesquisa, de cunho qualitativo, utilizou as técnicas de observação direta e a análise de conteúdo. Os resultados permitiram observar que as limitações concernentes às políticas públicas de esporte e lazer na cidade de Goiânia decorrem de diversos fatores, como o baixo orçamento destinado à pasta institucional, o baixo interesse do corpo gestor em fomentar e melhorar os programas implantados e a não participação do corpo técnico e da comunidade no processo de elaboração, implementação e, principalmente, na avaliação das políticas desenvolvidas pela SEMEL.

Palavras chave: Esporte e Lazer, Políticas Públicas, Inclusão Social.

Introdução

Os estudos e o interesse acadêmico acerca do campo de políticas públicas iniciaram-se em meados do século XX. Para Souza (2006), o pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação da área de política pública deveu-se ao questionamento das condutas e ações governamentais, sendo passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. Em outras palavras, a política pública objetiva entender como e por que os governos optam por determinadas ações.

Assim, entende-se por política pública toda ação desenvolvida pelo Estado que gera como resultado seu funcionamento ordinário. De acordo com Rua e Valladão (1998) geralmente a política pública requer muito mais que uma decisão política, pois essa corresponde apenas à escolha, entre uma gama de opções e alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores sociais envolvidos nesse processo decisório. Para as autoras, uma política pública exige diversas ações estrategicamente selecionadas para implementação da decisão política tomada.

Deste modo, a presente pesquisa inspira-se nos estudos bourdieusianos, em específico na teoria de campos, para compreender a dinâmica de institucionalização de determinados

¹ O presente artigo é originado de estudo desenvolvido no curso de Mestrado em Ciência Política do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás. A referida pesquisa de mestrado contou com a orientação do Prof. Dr. Pedro Célio Alves Borges.

² Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás (2014). Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual de Goiás (2007). Graduanda em Ciências Sociais – habilitação em Políticas Públicas – pela Universidade Federal de Goiás. Servidora Pública lotada na Superintendência de Vigilância em Saúde do Estado de Goiás e Docente no curso de Educação Física da Faculdade Araguaia.

tipos de política pública para o campo de esporte e lazer, associado à teoria do processo de política pública, em questão o modelo de coalizão de defesa (*Advocacy Coalition Framework*), desenvolvido por Sabatier e Weible, no qual se argumenta que o processo de construção de política pública está vinculado às crenças, aos valores e às ideias dos atores envolvidos na disputa pelo tipo de política a ser implementada.

Ademais, o trabalho dialoga com teorias específicas da área de esporte e lazer, buscando entender o fenômeno esportivo e as práticas de lazer associadas à conformação social e política da sociedade contemporânea. Para tanto, retorna aos estudos de Elias, no tocante à teoria de processo civilizador, para compreender a sociogênese do esporte e do lazer e sua influência na configuração da sociedade ocidental moderna.

Acerca do processo metodológico, a pesquisa pautou-se na abordagem qualitativa, de cunho exploratório. Utilizou-se como métodos e técnicas a análise documental, a observação direta e a análise de conteúdo. Foram realizadas entrevistas junto aos atores envolvidos no Programa “Caminhando com Saúde”, aos usuários, aos profissionais de educação física e ao gestor público.

Assim, este estudo interessa-se em analisar as políticas implementadas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL) e por meio dos resultados obtidos junto ao Programa “Caminhando com Saúde” refletir sobre a relação entre as políticas públicas engendradas pela gestão municipal goianiense, em específico à área esportiva e de lazer, e o processo de inclusão social.

Reflexões sociais e políticas sobre o campo de esporte e lazer

O esporte e o lazer são “frutos” que nascem da dinâmica humana, seja com a função de controle social e de formação do homem “civilizado” ou como campo de força e de distinção social, percebe-se que na sociedade contemporânea ambos se apresentam incorporados tanto ao cotidiano dos indivíduos quanto à própria estrutura estatal.

O Estado no contexto contemporâneo toma o esporte e o lazer como categorias sob seu domínio. Isso em virtude de seu poder e monopólio do uso legítimo da violência e da coerção seja física ou simbólica. Bourdieu evidencia que esse processo de naturalização do modo de vida societal decorre dessa legitimidade e hegemonia do poder estatal sobre os diferentes espaços e campos sociais, pois “[...] encarna tanto da objetividade, sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos, quanto da subjetividade, ou seja, sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento”(idem, 1996, p. 97).

O esporte moderno surgiu na sociedade europeia, a partir do século XVIII, e apresentou-se como atividade corporal, de caráter competitivo, com regras preestabelecidas. Guttmann (1978) descreve as seguintes características que diferenciam o esporte moderno dos esportes pré-modernos³: 1) secularização; 2) igualdade de chances; 3) especialização dos papéis; 4) racionalização; 5) burocratização; 6) quantificação; e 7) recorde.

Dentre as limitações encontradas no modelo esportivo de Guttmann (1978) pode-se apontar o desenvolvimento de megaespectáculos esportivos na contemporaneidade que conotaram ao esporte um aspecto ritualístico, de culto ao corpo atlético, ao exercício físico enquanto antídoto contra enfermidades, ao aspecto competitivo e de consumo.

Outro ponto apontado por Dunning (2010) no tocante as limitações do modelo de Guttmann refere-se ao caráter unidimensional do esporte. Ademais, conforme defende Tubino (2010), existem pelo menos três dimensões esportivas: de alto rendimento, escolar e enquanto prática de lazer.

³Guttmann classifica o esporte a partir de uma concepção histórica, ou seja, analisa o desenvolvimento do esporte por meio de uma cadeia evolutiva histórica. Para o autor, o esporte é dividido em quatro classes: 1) esporte primitivo; 2) esporte antigo (gregos e romanos); 3) esporte medieval; e 4) esporte moderno.

QUADRO 1 – Manifestações esportivas – formas, divisões e princípios.

ESPORTE					
Formas de exercício do direito ao esporte	Esporte-Educação		Esporte de Participação	Esporte de Desempenho	
Divisões das formas de exercício	Esporte Educacional	Esporte Escolar	Esporte-Lazer	Esporte de Rendimento	Esporte de Alto Rendimento
Princípios	<ul style="list-style-type: none"> • Participação • Coeducação • Cooperação • Corresponsabilidade • Inclusão 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento esportivo • Desenvolvimento do espírito esportivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação • Prazer • Desenvolvimento esportivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento esportivo • Superação 	

Fonte: Adaptado de Tubino (2010 p. 44).

A pesquisa atenta-se em captar a dimensão esportiva de participação, ou esporte-lazer, nas políticas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Uma vez que, sob essa perspectiva, o esporte é um mecanismo de autonomia, liberdade e de dignidade social.

E como pontua Mascarenhas (2004), o esporte associado à concepção de lazer, transforma-se em um elemento de defesa dos direitos sociais frente aos efeitos discriminatórios e excludentes das políticas implementadas pelo Estado no que se refere ao campo.

No tocante ao campo do lazer, existem correntes que afirmam que esse tenha surgido antes da formação da sociedade moderna. A presente pesquisa toma outra corrente que diverge da anteriormente mencionada. Entende que o lazer é engendrado a partir do advento da Revolução Industrial.

Segundo Dumazedier (1999, p. 26) defensor da segunda corrente teórica:

Nas sociedades pré-industriais do período histórico, o lazer não existia tampouco. O trabalho inscreve-se nos ciclos naturais das estações e dos dias: é intenso durante a boa estação, e esmorece durante a estação má. Seu ritmo é natural, ele é cortado por pausas, cantos, jogos, cerimônias. Em geral se confunde com a atividade do dia: da aurora ao pôr-do-sol. Entre o trabalho e o repouso o corte não é nítido. [...] Evidentemente, não apresenta as propriedades do lazer. (DUMAZEDIER, 1999, p. 26)

As ações e atividades dos indivíduos pós-revolução industrial ficam visivelmente delimitadas. Elias e Dunning (1985) desenvolveram a distinção de cada um desses tempos que fragmentam a vida urbana e moderna. Em síntese, descrevem dois momentos na vida do homem moderno, o tempo do trabalho que compreende as atividades realizadas pelas pessoas para "ganhar a vida" e o tempo livre, destinado as ocupações que não estão vinculadas ao trabalho. Não obstante, para os referidos autores não se deve considerar tempo livre como sendo o mesmo que tempo de lazer. O tempo do lazer, nesse universo, é uma pequena fração integrada ao tempo livre, destinado ao divertimento e à amenização do estresse.

O esporte e lazer institucionalizados na sociedade moderna transformaram-se em espaços de disputas e de forças. Isto é, esses dois elementos inseridos no mundo social advêm da interação e da construção individual e coletiva, que ora se relaciona de maneira

conflituosa, ora cooperativa, buscando eleger um tipo de perspectiva social hegemônica ou contra-hegemônica.

No processo de construção de uma política pública, para Sabatier (2007), isso é explicado pela teoria de coalizão de defesa, em que grupos de interesse distintos, com concepções, valores e obviamente, interesses opostos tentam estabelecer seus ideais e vontades.

Bourdieu (1996) também ressalta que as construções sociais não surgem ao acaso ou em meio ao vazio. Para esse autor (idem, p. 27), "[...] a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo".

Acerca das políticas públicas de esporte e lazer no contexto brasileiro, desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal, novas concepções são engendradas sobre o tema. Esporte e lazer tornam-se direitos sociais. Mesmo apresentando um aparato jurídico-institucional apoiado nesta nova perspectiva do esporte social, observa-se que o esporte de alto-rendimento ou espetáculo continua hegemônico em nossa sociedade.

Ou seja, as diversas interpretações sobre o esporte e o lazer, engendradas por crenças e valores diversificados, levam a tipos distintos de formulação e implementação de políticas para a área. Esses conflitos de interesses, crenças e concepções é explicado pelo modelo de coalizão de defesa ou *advocacycoalition framework(ACF)*, de Sabatier e Jerkins-Smith.

Essas coalizões, compostas por atores e grupos de interesse, atuam de forma a controlar o processo decisório de políticas públicas, seja a inclusão de um tema ou problema, ou, ao contrário, para que ele seja negligenciado. Tais ações, seja de priorizar ou de ocultar determinado tema, deixam explícitos o “jogo” político entre os diversos atores, bem como o processo de barganha e cooperação entre eles.

Howlett, Ramesh e Perl (2013) acrescentam que os subsistemas políticos são compostos por atores estatais e societários, tanto em nível doméstico quanto internacional, formando um sistema complexo de interação mútua. As ideias advindas dessa interação, por vezes, são invocadas para justificar algumas ações ou para refutar outras.

A disputa e a integração de atores, buscando impor seus interesses e seu domínio, configuram-se, também, no campo de esporte e lazer, cujo objetivo é determinar que tipo de política pública será, ou não, inserida na agenda político-governamental. Há grupos que defendem o esporte e o lazer como bens exclusivamente de consumo, e, conseqüentemente, levam à implementação de políticas que objetivam o bem-estar econômico – há grupos que veem o esporte e o lazer como elementos que favorecem a cidadania e a inclusão social. Suassuna *et al.* (2007) relatam que na Conferência Nacional de Esporte (CNE) no Brasil, em 2004, a participação de diferentes instâncias de governo e da sociedade civil fez emergir disputas e conflitos políticos. Ainda segundo os autores (2007, p. 32):

[...] a composição do CNE contempla a representação de entidades que estão relacionadas ao esporte em diferentes dimensões, tendo-se a configuração de uma diversidade, muito embora pareça necessário assinalar que nas entranhas da organização desse Conselho se fazem presentes forças contrárias e que estabelecem disputas acirradas pelo poder, com a defesa de interesses corporativos, principalmente voltados ao esporte de alto rendimento.

Assumindo que existem valores, crenças e ideias que influenciam no tipo de esporte e na forma que pensamos o campo. Podemos dizer que determinados valores e concepções que reverberam na sociedade são preponderantes nas ações e condutas governamentais que norteiam o campo esportivo.

Perceber que valores e crenças influenciaram na conformação das políticas públicas de esporte e lazer engendradas pela SEMEL, por meio de estudo de caso do programa “Caminhando com Saúde”, ajuda a esclarecer porque tais políticas encontram-se, predominantemente, focalizadas em bairros centrais não nos bairros periféricos da cidade de Goiânia. Além disso, ajuda também a compreender a quem essas políticas objetivam atender e a quem, realmente, conseguem atingir.

Nesse processo de construção de conhecimento sobre o campo é importante mencionar que o estudo em questão acaba corroborando na avaliação do referido programa.

A avaliação de políticas públicas envolve um conjunto de aspectos vinculados à concepção do programa, à sua implementação e a seus resultados e/ou impactos. Segundo Posavac e Carey (1992, p. 1):

A avaliação é um conjunto de métodos, habilidades e sensibilidades necessárias para determinar se um serviço é necessário e suscetível de ser utilizado, se é suficientemente adequado para atender determinada necessidade, se o serviço ofertado foi planejado; e se o serviço prestado realmente atende àqueles que o necessitam a um custo razoável e sem efeitos indesejáveis.

Destarte, a avaliação é entendida enquanto um elemento relevante “[...] para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo” (CUNHA, 2006, p. 1).

Howlett, Ramesh e Perl (2013) acrescentam que a avaliação de políticas públicas é um estágio de grande significado no processo global de aprendizagem política. Para eles, os maiores benefícios do processo avaliativo das políticas não são os resultados advindos da política implementada, mas a dinâmica educacional que ela é capaz de estimular entre os elaboradores ou *policy-makerse* os demais atores envolvidos.

As diferentes formas de avaliação acontecem no processo de política pública sob o comando e o envolvimento dos diferentes tipos de atores políticos no subsistema político-administrativo e resultam em diferentes *outcomes* de aprendizagem” (HOWLETT; RAMESH e PERL, 2013, p. 218).

É importante evidenciar que o esporte e o lazer constituem-se em um conjunto multifacetado, tendo em vista que incorporam ações e organizações que envolvem esferas sociais distintas como o Estado, o mercado e a própria sociedade civil, e de maneira mediada. Não obstante, as políticas públicas de esporte e de lazer não podem e nem devem ser avaliados, portanto, exclusivamente sob os aspectos de custo-benefício, desempenho e/ou eficiência e eficácia, pois essa redução limitaria a proposta que aqui seguimos. Nesse movimento, a tentativa de resolução dos problemas existentes no âmbito da gestão pública do esporte, e do lazer, acabaria se confundindo com processos de adequação/submissão do Estado à lógica do mercado (LINHALES, 2001).

O processo avaliativo das políticas de esporte e lazer no contexto brasileiro, em específico no contexto goianiense, deve desempenhar a função de retroalimentador no ciclo político, promovendo a aprendizagem política e estimulando reflexões acerca do tema.

Contexto histórico e político do esporte e do lazer no Brasil e em Goiânia

O esporte no Brasil até a década de 1930 sofria poucas interferências estatais, mas já eram sentidas as influências advindas das práticas esportivas de nações estrangeiras, especialmente do modelo francês e inglês. Para Veronez (2005, p. 150),

[...] podemos supor que semelhantes fatores econômicos, políticos e sociais e valores ideológicos absorvidos das sociedades europeias (França e Inglaterra), os quais passariam a conformar social e economicamente a sociedade brasileira – senão dominantes, já com certa hegemonia pouco antes da chegada da República e, particularmente, reforçados por esta – criaram as condições para a sociedade “auto-regulamentar-se” em diversas esferas da vida social e permitiram também àquelas parcelas da população interessadas no esporte estabelecerem suas primeiras formas de organização e de institucionalização, primeiro junto às elites e depois junto às classes trabalhadoras.

É nesse contexto que surgem as ligas atléticas, clubes esportivos amadores e demais organizações esportivas privadas. Pontua-se, no início do século XIX, a inserção da esgrima, do remo e do atletismo ao universo acadêmico, que, naquela ocasião, encontrava-se em espaços ocupados exclusivamente pelas elites brasileiras. Os imigrantes alemães, pela introdução da cultura associativista (clubes), criaram as “sociedades ginásticas”, que objetivavam preservar a tradição e os costumes germânicos no que tange às práticas corporais artísticas e esportivas.

De acordo com Soares (2001), as práticas corporais, na passagem dos séculos XIX ao XX, caracterizavam-se como práticas educacionais higienistas das elites que versavam sobre normas do "comportamento saudável", cuja finalidade era disseminar valores de urbanidade, racismo, superioridade masculina, etc. O lazer nessa conjuntura é tratado como "recreação formativa", como o descanso merecido e compensatório.

Esporte e lazer passam a participar na classificação da sociedade, integrando o espaço de disposições (ou *habitus*) e estabelecendo o espaço de posições ocupadas nesse espaço social. O futebol torna-se o esporte das massas, enquanto esgrima e ginástica vinculam-se a atividades esportivas das elites. Ou seja, “[...] as classes que podemos produzir recortando as regiões do espaço social agrupam agentes tão homogêneos quanto possível, não apenas do ponto de vista de suas condições de existência, mas também do ponto de vista de suas práticas culturais, de consumo, de suas opiniões políticas, etc.” (BOURDIEU, 1996, p. 30).

Em meio ao processo de industrialização brasileira as práticas corporais e esportivas fomentadas pelo Estado Novo, a partir da década de 1930, apresentava como objetivo central aumentar o "valor econômico" do homem (FIGUEIREDO, 1991). Sendo assim, era necessária uma intervenção de forma ampla na vida dos indivíduos, dos trabalhadores.

Houve um período de latência entre o governo de Getúlio Vargas, também chamado de Estado Novo, e o período de regime civil militar, entre 1964 e 1984, no que tange à elaboração de legislação e políticas públicas de esporte e lazer. Ressalvadas as ações governamentais em 1958, no governo de Juscelino Kubitschek.

Em 1958, o presidente da república, Juscelino Kubitschek, insere educação física na formação educacional de forma obrigatória, logo as atividades esportivas e de recreação e lazer seriam ofertadas em todos os níveis escolares do país.

A obrigatoriedade da educação física escolar trazia o ideário de disciplina e ordem a partir de ações tecnicistas, higienistas e de valorização da moral e do comportamento cívico-nacionalista.

Ao longo do regime autoritário-militar, entre os anos de 1964 e 1985, a prática esportiva foi bastante estimulada e incentivada. Não obstante, o fenômeno esportivo apresentava-se sob o prospecto de controlar a sociedade e engendrar a integração nacional (LINHALES, 1996). Nessa ocasião, o campo acadêmico e instituições internacionais iniciavam discussões acerca do papel do esporte e do lazer no processo de inclusão social e como elemento capaz de fortalecer a ideia de cidadania e dignidade social.

É recente o debate sobre a necessidade de que governos construam políticas de caráter inclusivo e não apenas integrador, uma vez que, no primeiro caso refere-se a oferecer a todos sem distinção qualquer os mesmos direitos e serviços, respeitando as diferenças.

De acordo com Sasaki (2006) o movimento de inclusão social concerne em construir uma sociedade realmente inclusiva, ou seja, para todas as pessoas, sendo essas reconhecidas como cidadãos. Para tanto, deve-se seguir determinados princípios vinculados ao processo de inclusão social: 1) celebrar e respeitar as diferenças; 2) oferecer o direito de pertencimento; 3) valorizar a diversidade humana; 4) promover a solidariedade; 5) promover igualdade de importância aos grupos minoritários e, por fim, 6) fortalecer a ideia de cidadania através da qualidade de vida.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 permitiu a ascensão de uma nova concepção acerca do campo esportivo no Brasil, e apresentando uma resignificação social. Esporte e Lazer passam a ser interpretados como direitos sociais e sob uma perspectiva inclusiva. Destarte que as políticas públicas de esporte e lazer reivindicadas pela sociedade, pelos intelectuais da área, e por grupos que advogam nessa vertente incorporavam a essa nova concepção do esporte e do lazer os princípios da inclusão social.

Conforme aponta Tubino (2010), essa resignificação social permitiu a ampliação do conceito esporte, que passaram a ser assumidos pelo Estado sob três perspectivas: o esporte educacional, o esporte-participação e o esporte-performance.

Observa-se que mesmo após o esporte ser instituído como direito social pelo texto constitucional e as leis infraconstitucionais terem apresentado conceitualmente essa ampliação acerca do campo esportivo enquanto fenômeno social e educacional evidencia-se que as políticas criadas no governo de Fernando Henrique Cardoso tendiam ao modelo tradicional esportivo.

O governo de Luiz Inácio "Lula" da Silva, a partir do ano de 2003, preocupou-se em criar uma pasta institucional exclusiva para a área. E propunha-se em desenvolver ações que possibilitassem à sociedade o contato com os três tipos de esporte, já mencionados. Contudo, nota-se que dentre os demais Ministérios, o Ministério do Esporte foi à instituição que recebeu o menor orçamento financeiro daquele governo (ALMEIDA, 2010).

Partindo para o contexto municipal, com o processo de descentralização da gestão e planejamento das políticas públicas de esporte e lazer, pós-promulgação da Lei Zico (8.672/1993), em 1997, através da Lei municipal nº 7.747, instituiu-se a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da cidade de Goiânia.

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL) apresenta como objetivo central “ser reconhecida por sua atuação na promoção das políticas públicas de esporte e lazer[...]”. E cuja missão é promover e apoiar as atividades de esporte e lazer, buscando a universalização e democratização do acesso à população.

Pontua-se que no contexto municipal o discurso é reiterado quanto ao aumento do "valor econômico" dos cidadãosgoianienses na Lei Orgânica do Município. A referida lei destaca que é de competência do município organizar programas esportivos para adultos, idosos e deficientes, visando otimizar a saúde da população e o aumento de sua produtividade.

Observa-se uma disparidade entre a Lei Orgânica do município e os princípios que constituem a criação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da cidade de Goiânia.

Dentre as competências atribuídas a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL) apontam-se as seguintes:

Promover e estimular a prática das várias modalidades esportivas e executar projetos no sentido de democratizar o acesso ao lazer de Goiânia. Assim como:

- Desenvolver estudos e pesquisas de aprimoramento e difusão dos esportes;
- Criar sistemas de lazer e recreação às classes menos favorecidas;
- Promover a expansão, o aprimoramento e a infraestrutura de Esporte e Lazer do município;
- Administrar, controlar e fiscalizar o funcionamento de instalações desportivas;

- Estimular e viabilizar parcerias com associações de bairros e demais entidades comunitárias;
- Promover e coordenar a realização de eventos esportivos e lazer;
- Coordenar e orientar campanhas educativas. (GOIÂNIA, 2013a)

Destaca-se que o texto normativo que institui a SEMEL segue as prerrogativas constitucionais brasileiras, visando a acessibilidade e a democratização do campo esportivo e de lazer na cidade de Goiânia. Ademais, conforme quadro abaixo, os programas implementados pela SEMEL apresentam objetivos pautados na perspectiva universalista e de inclusão social.

QUADRO 2 – Programas implementados pela SEMEL entre 1997 e 2013.

VÍNCULO	PROGRAMA/ATIVIDADE	OBJETIVO
Federal	Programa “Segundo Tempo”	Tem como finalidade a democratização do acesso à prática esportiva e de lazer a crianças e adolescentes. Por meio de convênio, o Ministério do Esporte designa a SEMEL como executora e gestora financeira do Programa.
Municipal	Programa “Caminhando com Saúde”	Oferecer a prática de atividade física com o intuito de prevenir o aparecimento de doenças.
Municipal	Projeto de Iniciação Esportiva “Draulias Vaz”	Oferecer treinamento gratuito de iniciação ao esporte para crianças e adolescentes, de 7 a 17 anos, vinculados à rede pública de ensino.
Municipal	Ônibus Brincalhão	Levar, aos bairros de Goiânia, brinquedos e jogos, bem como uma série de equipamentos e materiais lúdicos.
Municipal	Clube do Povo	Desenvolver atividades de iniciação esportiva e de lazer com as crianças e idosos na região noroeste de Goiânia.
Municipal	Programa “Vida Ativa na Melhor Idade”	Incentivar a prática da atividade física e o convívio social em núcleos situados em diferentes regiões da cidade.
Municipal	Jornada Feminina de Futebol	Fomentar o esporte, em específico o futebol, ao gênero feminino.
Municipal	Preservação e Manutenção dos Campos de Futebol de Várzea em Goiânia	Recuperar os campos de futebol, em parceria com o DERMU, nos bairros de Goiânia.
Sistema “S” (SESC/GOIÁS)	Dia do Desafio	Incentivar as pessoas à prática da atividade física.
Municipal	Yoga no Parque	Promover uma melhor qualidade de vida à população goianiense.
Municipal	Solte Pipa sem Cerol	Conscientizar as crianças da cidade de Goiânia a não usarem cerol nas linhas das pipas.
Municipal	Ruas do Lazer	Oportunizar às comunidades dos diversos bairros da cidade de Goiânia atividades esportivas, recreativas e culturais, de acordo com as necessidades de cada local e interesse comum.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Goiânia (2013a).

Contudo, é importante registrar que os dados divulgados no sítio da Secretaria Municipal de Esporte, em julho de 2013, quanto ao número de programas mantidos e implementados, não correspondem à realidade. Dos doze programas ou projetos divulgados, a SEMEL mantinha, no ano de 2013, apenas quatro: “Caminhando com Saúde”, “Vida Ativa na

Melhor Idade”, “Ônibus Brincalhão” e “Iniciação Esportiva Draulas Vaz”, justificados pelo reduzido montante de 0,05% destinado à área de esporte e lazer(GOIÂNIA, 2013b).

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa pautou-se na abordagem qualitativa, de cunho exploratório. Utilizou-se como métodos e técnicas a análise documental, a observação direta e a análise de conteúdo.

Para desenvolver a pesquisa de campo e a coleta de dados, foi necessário selecionar os locais com potencialidade para observação e realização de entrevistas. Observou-se, no sítio institucional da Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA), que a cidade de Goiânia possui 191 (cento e noventa e um) parques e bosques, dispostos em diversas regiões, conforme aponta o quadro relacionado ao mapa a seguir:



Ordem	Região	Número de Parques/Bosques
1	Noroeste	25
2	Vale do Meia Ponte	16
3	Norte	20
4	Leste	19
5	Sudeste	18
6	Sul	06
7	Central	04
8	Campinas	03
9	Macambira/Cascavel	02
10	Sudoeste	33
11	Oeste	26
12	Mendanha	19

FIGURA 1 – Disposição de Parques e Bosques na cidade de Goiânia.

Fonte: Agência Municipal de Meio Ambiente (2013), adaptado pela autora

Para a seleção de campo a ser investigado, em visita à SEMEL foi disponibilizado o número de parques e espaços públicos que mantinham o programa "Caminhando com Saúde".

QUADRO 3 – Programa “Caminhando com Saúde”, em 2013.

LOCALIDADE	SETOR	DIA/HORÁRIO
Companhia RHEMA de Teatro e Dança	Leste Vila Nova	Segunda à Sexta 06:00 às 09:00
Praça do Jacaré	Criméia Oeste	Terça e Quinta 06:00 às 09:00
Parque Cascavel	Jardim Atlântico	Segunda à Sexta 17:00 às 20:00
Parque Zoológico/Lago das Rosas	Oeste	Segunda à Sexta 06:30 às 09:30
Praça dos Violeiros	Urias Magalhães	Segunda a Sexta 06:00 às 10:00 Segunda, Quarta e Sexta 17:00 às 20:00

Ginásio Municipal	Parque Atheneu	Terça e Quinta 17:00 às 20:00
Parque Areião	Pedro Ludovico	Segunda, Quarta e Sexta 06:00 às 09:00 Segunda à Sexta 17:00 às 18:50
Pista de Caminhada – Praça da Avenida Itália	Jardim Europa	Terça e Quinta 06:00 às 09:00
Associação de Moradores	Conjunto Riviera	Segunda à Sexta 18:00 às 21:00
Bosque dos Buritis	Oeste	Segunda à Sexta 07:00 às 08:00
Bosque Bouganville	Parque das Laranjeiras	Segunda, Quarta e Sexta 06:30 às 09:30
Parque Vaca Brava	Bueno	Segunda à Sexta 07:00 às 10:00
Parque Flamboyant	Jardim Goiás	Segunda à Sexta 06:30 às 09:30
Campo do Muranga	Vila Redenção	Segunda à Sexta 19:00 às 20:00

Fonte: Documento Oficial Semel (2013), adaptado pela autora.

Inicialmente, optou-se pelos locais que desenvolviam o programa em todos os dias da semana, entre segunda e sexta-feira. Buscando uma maior delimitação dos campos investigados, dentre os nove locais que correspondiam a exigência da seleção, decidiu-se por cinco campos - Jardim Zoológico (Região Central), Associação de Moradores do Conjunto Riviera (Região Leste), Praça dos Violeiros (Região Norte), Campo do Muranga (Região Sul) e Parque Flamboyant (Região Sul).

Utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada com os três níveis de atores envolvidos no programa "Caminhando com Saúde"; usuários, profissionais e gestor governamental. A realização de entrevistas e o processo de observação em campo ocorreram no período de agosto a novembro de 2013.

A participação na pesquisa ocorreu de forma voluntária, isto é, a qualquer momento o entrevistado poderia recusar-se a responder a alguma pergunta ou desistir de participar. Foram entrevistados dez usuários, quatro profissionais de educação física e o diretor de lazer da SEMEL.

Utilizou-se a análise documental como recurso complementar, haja vista que a pesquisa possui outras formas de obtenção de dados, pela realização de pesquisa de campo, observação direta e entrevista em profundidade. As fontes utilizadas para análise documental foram documentos internos da SEMEL, documentos oficiais, site institucional e relatórios técnicos. Na visão de Moreira (2010, p. 276), a análise documental “[...] funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos”.

No tocante a escolha pela análise de conteúdo utiliza-se Bardin (1977, p.33) para referendar essa decisão metodológica. Para Bardin a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”. Dessarte, a análise de conteúdo pauta-se em três polos cronológicos, descritos por Bardin (1977) como: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento de resultados, inferência e interpretação.

Triviños (1987) destaca que a análise de conteúdo apresenta a etapa de pré-análise, considerada a primeira etapa, correspondente à organização do material. A segunda etapa, denominada descrição analítica, consiste em realizar procedimentos como a codificação, a classificação e a categorização dos dados. Por último, a fase de interpretação inferencial é a etapa de reagrupar e interpretar os dados organizados nas etapas anteriores.

O Programa “Caminhando com Saúde” – Retrato das políticas públicas de esporte e lazer na “Cidade de Eterna Primavera”⁴

O programa "Caminhando com Saúde" nasceu em 1993 após a construção do primeiro quiosque de apoio ao caminhante no calçadão do Jardim Zoológico. Uma iniciativa da Coordenadoria de Esportes e Lazer da Secretaria Municipal de Cultura e Esportes. O Programa propunha-se em garantir um aproveitamento melhor dos exercícios desenvolvidos nos espaços públicos. Novamente, percebe-se o discurso utilitarista e de otimização do tempo, do espaço e do corpo. Soares (2001) disserta que “[o] estudo, o descanso, o exercício físico, a alimentação[...] tudo passou a ser regulado, controlado e vigiado, e a utilização "ótima" do tempo passou a ser determinante na metodologia utilizada”.

Em 1997 o Programa é incorporado à nova pasta governamental criada pela Lei nº 7.747, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

No processo de coleta de dados nos locais investigados, observaram-se limitações e singularidades de campo para campo. Locais com melhores condições de receber caminhantes, outros mantidos com a ajuda da comunidade e associação de bairro, presença de participantes Portadores de Necessidades Especiais, sem profissional, com atuação de estagiário sem acompanhamento de profissional habilitado.

Ao realizar as entrevistas junto aos usuários e participantes do programa, primeiramente, traçou-se o perfil socioeconômico dos voluntários à pesquisa.

Havia o predomínio de participantes do sexo feminino, o que propiciou a reflexão acerca da maior predisposição feminina em atividades físicas e/ou saudáveis. Tomaram-se os estudos de Bourdieu (2002) sobre gênero que remetem ao processo de dominação masculina e a ideia de fragilidade feminina. A preocupação recorrente da mulher com o seu corpo e sua saúde advém de seu papel socialmente estabelecido no seio da família.

Ademais, idosos, casados e pessoas que se autodeclararam brancas foram predominantes dentre os entrevistados. Para o diretor de lazer, a presença de adultos maduros e idosos nesse programa governamental remete ao desinteresse do jovem em participar deste tipo de atividade, os quais tendem a optar por atividades em espaços fechados, como a academia de ginástica, para relacionar-se emocionalmente com outros jovens.

[...] grande parte do nosso público nessas pistas de caminhada são pessoas acima de 30, 40 anos de idade. Logicamente, os jovens [...] são o público da academia, a paquera da academia envolve o jovem lá dentro do *indoor*. (DIRETOR DE LAZER, 2013)

Acrescento que outros aspectos estão atrelados a escolha da população jovem em desenvolver atividades físicas fora do contexto público e gratuito. A relação entre corpo e mercado, desenvolve o culto ao corpo e o consumo de mercadorias esportivas. Padilha (2006) destaca que a "cultura do consumo" altera hábitos cotidianos, transforma as relações entre as pessoas, modifica as percepções dos espaços e, nesse contexto, gera o declínio da esfera pública, associado à elevação de importância da esfera privada.

Quanto à proximidade da residência do entrevistado em relação ao local onde se desenvolve o Programa, a política apresenta elevado grau de cobertura diferenciada, pois

⁴O título empregado, “cidade de eterna primavera”, advém do elevado volume de áreas verdes existentes na cidade de Goiânia. Contudo, a reorganização do espaço urbano no entorno dos espaços públicos, como os parques públicos, quanto ao uso e densidade, tornou-os *slogan* ao mercado imobiliário e ao mercado da construção civil.

tende a atender a um público de característica bem limitadas: feminino, casado, branco, grau de instrução em nível superior, situação financeira estável e com vínculo residencial na região em que é executado.

Os depoimentos apresentados pelos usuários exaltam dois discursos a respeito da prática esportiva e de lazer. O primeiro traz um cunho utilitarista. O segundo remete à concepção libertadora e desinteressada do lazer.

A compreensão dos participantes acerca do programa vincula-se a distintos benefícios ou aspectos pontuais: a relação do programa com a melhoria fisiológica, a utilização e o aproveitamento de espaço público, a gratuidade, e a importância de alocação de materiais e recursos humanos a estes espaços.

Foram ainda requisitados aos usuários a apresentar os aspectos positivos e negativos sob seus pontos de vista. Como pontos positivos, a importância de profissional habilitado e a prevenção e promoção de saúde, sociabilidade e à melhoria da qualidade de vida.

[...] as aulas são muito bem ministradas, preparadas, porque eu tenho conhecimento. Então, você percebe quando está preocupado em fazer os exercícios direcionados, assim, para cada parte do seu corpo, trabalhando direitinho. (Usuário A1, 2013)

[...] tendo um profissional da área de educação física para estar orientando quanto à questão de postura, do jeito de fazer a caminhada correta, o tempo. Acho importante para não trazer riscos. (Usuário B1, 2013)

Primeiro lugar, qualidade de vida, pois melhora nossa saúde. Tendo em vista que levamos uma vida sedentária um programa deste, no bairro que a gente mora, é extremamente importante. (Usuário B2, 2013)

Quanto aos pontos negativos, destacam à falta de investimento em recursos materiais, humanos e de estrutura física adequada, a falta de divulgação do programa e a ausência de planejamento para sua expansão.

Acho que deveria ter mais divulgação ao público. É pouco divulgado! (Usuário B1, 2013)

Praticamente todas, pois aqui somente tem a boa vontade do professor. [...] Nós não temos banheiros adequados para utilizar durante a atividade física [...]. O colchonete é o professor que lava, pois no programa não tem quem cuida da manutenção dos equipamentos. Não temos equipamentos, exceto o colchonete. O nosso espaço em dia de chuva não tem como fazer, pois inviabiliza. Lá dentro [refere-se ao espaço coberto existente em frente à área destinada a caminhada] tem um mau cheiro e o ambiente não é arejado, não é cuidado. [...] Além disso, poderia ter outras atividades neste espaço físico que foi construído, mas está abandonado. E seria muito interessante se pudesse utilizar para outras atividades, outras modalidades, como dança ou montar uma academia de ginástica, por quê não? (Usuário B2, 2013)

Ademais, foi solicitado que cada usuário entrevistado sugerisse mudanças ou melhorias às políticas implementadas pela SEMEL. Foi possível captar o interesse do cidadão em participar do processo avaliativo do Programa.

Passando para a etapa de entrevistas junto aos profissionais de educação física, pode constatar que os profissionais entrevistados jamais haviam tido contato com os documentos definidores do “Caminhando com Saúde”. Sendo assim, esses se apoiam em seus conhecimentos na área de esporte e de lazer e nas orientações dispostas, verbalmente, pela equipe gestora. Contudo, os relatos dos profissionais coincidem com os objetivos apresentados no projeto de implementação do “Caminhando com Saúde”.

Também foi solicitado a estes atores opiniões acerca dos pontos positivos e negativos do Programa. As categorias apresentadas no tocante aos aspectos positivos foram: gratuidade, publicização, inclusividade, promoção de saúde, sociabilidade e a qualidade do corpo profissional.

[...] Dar oportunidade às pessoas carentes de participar do Programa, pois, às vezes, essas não têm condições de pagar uma academia ou um espaço apropriado. Como as aulas são gratuitas já permite agregar mais pessoas. Eu não falo só carente, pois tem muitas pessoas que possuem condições de pagar academia, mas acabam que optam pelo projeto. (PROFISSIONAL C', 2013)

Primeiro, pela gratuidade do Programa com profissionais bem capacitados, pois são concursados. [...] Acho muito importante, pois este Programa faz parte da essência de qualquer política pública que a gente tem nessa área de atividade física, esporte e lazer para a população. (PROFISSIONAL E', 2013)

Os pontos negativos ou débeis do Programa foram: a carência de divulgação nos meios de comunicação, a necessidade de expansão e ampliação do programa, déficit de recursos materiais, financeiros e humanos e a carência de aperfeiçoamento e formação profissional.

A meu ver, o programa é bem elitizado, esse é um dos problemas. Porque geralmente, e você pode pegar aqui, a maioria dos polos estão em locais centralizados da cidade, em locais nobres. [...] Em questão de estrutura, também, porque a estrutura que a gente tem não é adequada nem pra atender como eles gostam de tratar o pessoal com menos poder aquisitivo, no qual eles dão qualquer coisa [...]. (PROFISSIONAL D', 2013)

Acho que ainda precisa ter uma melhor estrutura, principalmente. Vejo que não falta vontade, tanto da própria Secretaria quanto dos próprios professores, mas a gente tem muita dificuldade em termos de estrutura mesmo, dos locais. [H]á outros problemas, como a falta de reposição de materiais, a falta de cursos para a gente aperfeiçoar e melhor atender a população. (PROFISSIONAL E', 2013)

Ao serem questionados sobre a relação entre as políticas públicas desenvolvidas pela SEMEL e o processo de inclusão social, excetuando-se pela gratuidade, os professores acreditam que essas políticas estão longe de caracterizarem-se como inclusivas.

Favorece, por ser um começo, mas que ainda está longe de atingir o objetivo da inclusão, de incluir várias pessoas e a população que precisa. Porque faltam profissional e incentivo do governo municipal. É um início, não sei se eles têm plano para aumentar, para divulgar e colocar um professor em cada bairro, em cada região. O que temos é pouco para ser efetivado como inclusão social. (PROFISSIONAL C', 2013)

Em parte sim, até porque tem a gratuidade do serviço que é uma forma de inclusão, apesar de que é uma obrigação do município oferecer isso a população. Mas ainda faltam políticas mais específicas, que se tenha uma melhor estrutura, melhor suporte, inclusive técnico e profissional [...]. (PROFISSIONAL E', 2013)

Ao Diretor de Lazer a entrevista estruturou-se em dois eixos temáticos, o primeiro refere-se às Políticas Públicas e o segundo ao programa "Caminhando com Saúde". O primeiro eixo tratou, de forma ampliada, das etapas de planejamento, elaboração, organização e execução das políticas públicas de esporte e lazer da SEMEL.

Para o gestor as políticas municipais são advindas da demanda social, em função da necessidade da comunidade. Mas, conforme observado anteriormente existe um campo de

disputas que influenciam os tipos de políticas engendradas. Não é diferente às políticas públicas de esporte e lazer, pois existem grupos que buscam ampliar a discussão e desmitificar o tema, trazendo à pauta concepções não tradicionais relacionadas ao processo de cidadania e inclusão social. Há outros que participam desta disputa por poder, sobretudo econômico, tendo em vista que o esporte e lazer tornaram-se um sistema altamente rentável e lucrativo.

Sobre as dificuldades apontadas pelo Diretor, remete-se ao baixo orçamento destinado à SEMEL que dificultam na melhoria da infraestrutura e aquisição e manutenção de materiais e equipamentos; e os entraves legais encontrados para a contratação de corpo técnico. Outra dificuldade aponta, a qual não é mencionada pelos demais atores entrevistados referem-se à volatilidade da política pública. Mesmo o programa "Caminhando com Saúde" apresentar-se como uma política institucionalizada, o entrevistado ressalta que o jogo eleitoral-político leva a extinção de determinadas políticas pautadas exclusivamente nas vontades de grupos de interesses.

Por fim ao ser perguntado acerca do público que o programa visava atingir e quem estaria recebendo os benefícios dessa política, o Diretor disserta na mesma linha dos profissionais entrevistados. Ele compreende que, em sua origem e normativamente, o programa "Caminhando com Saúde" é aberto a toda à sociedade goianiense.

Hoje estamos com dezoito pistas/locais de atividades e existem mais de dez parques criados, recentemente, que ainda não tem nossas atividades e tem sido solicitado pela comunidade. Para crescer, como foi dito no início da reportagem, são necessários recursos humanos, recursos materiais, apoio estrutural, apoio logístico. Tudo isso requer pra se implantar e dar condições de trabalho aos profissionais. (DIRETOR DE LAZER, 2013)

Percebe-se que a criação e a institucionalização de programas e projetos, a exemplo o aqui analisado, caracterizados como políticas sociais asseveram os ditames constitucionais e infraconstitucionais que apreendem o esporte e o lazer como direitos sociais e sendo assim um passo significativo na promoção do esporte e do lazer como elementos participantes no processo de inclusão social.

Considerações Finais

O campo esportivo, assim como o campo de lazer, são espaços sociais onde ocorrem disputas e conflitos que visam definir regras, valores e comportamentos. No universo político, essas disputas ocorrem entre grupos distintos, que buscam tornar hegemônicos suas concepções e interesses.

As influências geradas por grupos específicos que possuem acesso ao governo levam à definição dos temas que adentram na agenda governamental, nas escolhas de resolução do problema, na conformação da política engendrada e implantada, e, inclusive, na avaliação da política pública.

A legislação e as políticas públicas originadas no Brasil até a década de 1980 apresentavam o esporte sob o aspecto monolítico, o esporte de rendimento. O lazer era tratado como elemento compensatório e para repor as energias laborais, enquanto o esporte de rendimento era utilizado como objeto de controle social e de integração nacional. Ademais, o esporte atrelado aos meios de comunicação e ao mercado difundia ideais consumistas, tornando-o uma atividade praticada por uma pequena parcela da sociedade.

A partir da Constituição Federal de 1988 surgem novas dimensões esportivas e de lazer focadas no processo educativo e de cidadania. O esporte e o lazer transformam-se em direitos sociais, inseridos como tema relevante à agenda governamental. Leis

infraconstitucionais foram elaboradas buscando empreender políticas vinculadas às três dimensões esportivas, esporte de rendimento, esporte educacional e esporte como prática de lazer. Contudo, conforme dissertado ao longo do trabalho, as políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas em âmbito federal, predominantemente, ligavam-se ao esporte de rendimento.

A descentralização quanto à gestão, organização e elaboração de políticas públicas para o esporte e o lazer nos diversos níveis governamentais, propiciou a criação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer na cidade de Goiânia.

O programa “Caminhando com Saúde”, em seu projeto institucional, objetivava garantir o melhor aproveitamento das práticas esportivas, de forma a garantir a prevenção de doenças e a promoção de saúde. Não obstante, a qualidade de vida e o bem-estar social decorrem da associação de diversas políticas sociais, desde a política de mobilidade urbana, perpassando pelas políticas de saúde e educação até as políticas de esporte e lazer.

Ao longo de todo o processo de realização de toda a pesquisa, em especial, ao entrar em contato com os diferentes atores envolvidos, desde a implementação à avaliação da política pública aqui mencionada, permitiu-nos apontar as convergências e divergências nos discursos e opiniões apresentadas. Especialmente, no tocante a baixa participação da sociedade na construção de uma política que atendam seus anseios e necessidades, as dificuldades encontradas pelo gestor em adquirir equipamentos, materiais e capital humano para a implantação de novas políticas e ampliação do Programa “Caminhando com Saúde”. E assim, visando propiciar a sociedade goianiense ações governamentais vinculadas aos princípios de inclusão social.

Quanto aos professores investigados ficou enfatizado a baixa resolutividade e carência de seu reconhecimento junto ao nível central, enquanto atores importantes no processo de construção e manutenção do programa.

Vale ressaltar, que o presente estudo compreende que as políticas engendradas em nível municipal pautadas na recente concepção ampliada do esporte, enquanto direito social, mesmo que se apresente de forma acanhada consideram-se políticas que têm propiciado ações de inclusão, uma vez que são construídas galgadas nessa nova concepção do esporte, o que já pode ser considerado um grande avanço para a área.

Esse movimento contra-hegemônico que se mostra no contexto municipal por meio da implementação de políticas públicas de esporte e lazer focadas na dimensão social e educativa nos possibilitam afirmar que essas políticas têm propiciado um processo de democratização e de inclusão social através do esporte e do lazer. Afinal, desde a legitimação e institucionalização do campo esportivo pela sociedade moderna, o esporte de rendimento e o lazer compensatório e de cunho funcional-utilitarista foram disseminados como modelo hegemônico e reprodutor de desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/amma/apresentacao.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- ALMEIDA, B. C. **Política de esporte e lazer do Recife**: a elaboração de um instrumento de avaliação. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2010.
- AZEVEDO, A. A. (Org.). **Política e lazer**: interfaces e perspectivas. Brasília: Thesaurus, 2007.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Como é possível ser esportivo. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/127762015/BOURDIEU-Pierre-Como-e-Possivel-Ser-Esportivo-pdf>. Acesso em: 19 mai. 2013.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília/DF, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

_____. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

CONSELHO REGIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DE GOIÁS. **Relatório de Inspeção Técnica dos Parques**: Areião, Bosque dos Buritis, Cascavel, Jardim Botânico, Lago das Rosas, Vaca Brava. Goiânia/GO, 2013.

DUNNING, E. Civilização, formação do Estado e primeiro desenvolvimento do esporte moderno. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. **Nobert Elias**: a política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1985.

FIGUEIREDO, B. G. **A criação do SESI e SESC**: do enquadramento da preguiça a produtividade do ócio. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, São Paulo, 1991.

GOIÂNIA. Lei Orgânica do Município de Goiânia, nº 051, de 12 de julho de 2012. **Diário Oficial do Município**, Goiânia/GO, 2012.

_____. Lei nº 7.747, de 13 de novembro de 1997. Reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura de Goiânia e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Goiânia/GO, 1997.

_____. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. **Apresentação institucional**. Goiânia/GO, 2013a. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/html/semel/>. Acesso em: 13 jul. 2013.

_____. Portal de Transparência da Prefeitura de Goiânia. **Plano Plurianual (2010/2013)**. Goiânia/GO, 2013b. Disponível em <http://www.goiania.go.gov.br/shtml/transparencia/orcamento.shtml>. Acesso em: 21 jul. 2013.

_____. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. **Apresentação do Programa Caminhando com Saúde**. Goiânia/GO, 2013c. Disponível em: http://www.goiania.go.gov.br/shtml/semel/programa_caminhandocomsaude.shtml. Acesso em: 13 jul. 2013.

GUTTMANN, A. **From ritual to record**: the nature of modern sports. New York: Columbia University, 1978.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integradora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ISAAC, C. M. S.; OLIVEIRA, J. P.; VASCONCELOS, M. M. **Projeto “Caminhando com Saúde”**. Prefeitura de Goiânia, Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer: Goiânia/GO, 1993.

LINHALES, M. A. **A escola, o esporte e a “energização do caráter”**: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006.

_____. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1996.

_____. Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte**: políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.

LUCENA, R. F.; PRONI, M. W. **Esporte**: história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002.

PADILHA, V. **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

- RUA, M. G. C; VALLADÃO, M. I. **O estudo da política**. Brasília/DF: Paralelo 15, 1998.
- SABATIER, P. A. The need for better theories. In: SABATIER, P. A. **Theories of the Policy Process**. Boulder/Colorado: Westview Press, 2007.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7. Ed. Rio de Janeiro, WVA, 2006.
- SOARES, C. L. **As imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. Campinas: Autores Associados, 1998.
- _____. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G; ARRETICHE, M.; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FOCRUZ, 2007.
- _____. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.
- SUASSUNA, D. *et al.* O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer. In: SUASSUNA, D.; AZEVEDO, A. A. (Org.). **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007.
- TUBINO, M.J.G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.
- _____. **O esporte no Brasil**. São Paulo: Ibrasa, 1996.
- VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 2005.